

GOVERNO LULA

“Revogação” anti-ideológico

Ministra Nísia Trindade afirma, ao assumir a Saúde, que ações que ferem a ciência e os direitos humanos estão com as horas contadas

» TAINÁ ANDRADE

A socióloga e pesquisadora Nísia Trindade tomou posse, ontem, no Ministério da Saúde, com duras críticas à gestão anterior, que classificou como um “período de obscurantismo”. Segundo ela, durante o governo Bolsonaro a pasta negou a ciência e tentou implementar valores não “civilizatórios”.

Para ela, o ministério tinha perdido a capacidade de diálogo, de cooperação por conta de uma gestão que “nos trouxe um período de obscurantismo, de negação da ciência, da cultura, dos valores que não gosto nem de denominar civilizatórios, como muitos denominam”. Por causa disso, ela anunciou que, ainda esta semana, fará um “revogação” de portarias e notas técnicas consideradas anti-ciência.

“Serão revogados, nos próximos dias, as portarias e notas técnicas que ofendem a ciência, os direitos humanos, os direitos sexuais reprodutivos, e que transformaram várias posições do Ministério da Saúde em uma agenda conservadora e negacionista”, afirmou.

Segundo Nísia, medidas relacionadas à saúde mental e aos direitos das mulheres sofreram retrocessos. Da mesma forma, ela apontou normativas sobre a covid-19 serão revistas, principalmente as notas técnicas que recomendam o uso de cloroquina e hidroxicloroquina contra o novo coronavírus — algo que fere o que preconiza a Organização Mundial da Saúde (OMS).

“O que nós temos na pauta para revogar é toda a parte de saúde mental que contraria os preceitos que nós defendemos, como humanização da luta manicomial. A questão da saúde da mulher, na qual são previstos retrocessos em relação ao que a própria lei define, questões ligadas ao financiamento, também”, disse.

Ela deixou claro que combaterá o racismo estrutural, seja aquele percebido na execução de programas voltados para a população

Walterson Rosa/MS



Segundo Nísia, o Ministério da Saúde no governo de Jair Bolsonaro viveu “um período de obscurantismo, de negação da ciência, da cultura”

preta, seja nas relações dentro do ministério. “Em muitos casos, políticas nacionais bem definidas e bem fundamentadas, a exemplo da política de saúde para população negra, esbarram em dificuldades institucionais que precisam ser encaradas. No nosso ministério, trabalharemos de forma assertiva no combate ao racismo estrutural. Conforme mencionou o presidente Lula, a doença no Brasil tem cor”, ressaltou.

Nísia pretende realizar uma gestão tripartite, por meio da criação de um grupo em que atuará com tomada de decisões das quais participarão as esferas federal, estadual e municipal. Ainda esta semana, prometeu

realizar a primeira reunião para analisar as políticas instituídas por portarias sem participação dos três níveis de gestão pública.

“O Ministério da Saúde resgatará a liderança junto aos demais entes e nenhuma decisão das políticas nacionais atropelará a necessidade de debate, acúmulo e maturidade das decisões tomadas no âmbito tripartite. Assumimos o compromisso de restabelecer o federalismo de cooperação e não de confronto”, garantiu.

Diversidade

O secretariado de Nísia atende o princípio da diversidade,

conforme a orientação dada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Por causa disso, nomeou o indígena Weibe Tapeba para coordenar a Secretaria de Saúde Indígena (Sesai). Ao apresentar o secretariado do ministério, chamou a atenção também a professora da Universidade de São Paulo (USP) Ana Estela Haddad, mulher do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que assumirá a Secretaria de Informação e Saúde Digital — assunto no qual é especialista.

Por causa da ação ideológica do governo anterior, razão da crítica feita no discurso de posse, Nísia destacou que a vacinação voltará ao centro

das preocupações do ministério. Ao atacar o que classificou como o desmonte do Plano Nacional de Imunização (PNI), a ministra entendeu que a pasta precisa de um departamento específico para a imunização. O setor será comandado pela médica Ana Gorette, cujo objetivo será fortalecer as ações do PNI.

A ministra deixou clara os baixos índices de vacinação e que uma das urgências da pasta é aumentar as coberturas nacionais e fortalecer o plano — que, hoje, está com todas as taxas das vacinas abaixo dos 70%, enquanto a meta é de 95%. Na proposta de fortalecimento do PNI, há

a previsão de lançar um movimento dos embaixadores da vacinação do Brasil, que está sendo tratado, também, com outros ministérios. “Vacina não é um tema só da saúde, é uma grande urgência nacional e não pensamos só na covid”, enfatizou.

Ela destacou, ainda, a contribuição que lideranças religiosas podem oferecer ao ministério. “Terão um grande papel na transformação da nossa sociedade, em uma perspectiva emancipatória e democrática. Muitas dessas lideranças vêm sendo fundamentais na defesa da ciência, da vacinação e do cuidado com a nossa população”, disse.



Serão revogados, nos próximos dias, as portarias e notas técnicas que ofendem a ciência, os direitos humanos, os direitos sexuais reprodutivos, e que transformaram várias posições do Ministério da Saúde em uma agenda conservadora e negacionista”

Nísia Trindade,
ministra da Saúde

Dias revisará Cadúnico contra as fraudes

» MICHELLE PORTELA

O ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, assegurou que revisará o Cadastro Único de Programas Sociais (Cadúnico) imediatamente, para combater fraudes e buscar zerar a fila de espera dos beneficiários sociais. A afirmação foi feita ontem, na cerimônia de posse à frente da pasta.

“Vamos trabalhar em parceria com estados, municípios e toda a rede da assistência social, além de movimentos sociais. Estamos analisando quem preenche os requisitos do programa (Auxílio Brasil, que voltará a ser Bolsa Família), e só vamos pagar a quem preenche”, avisou.

Segundo o ministro, “abriremos já neste primeiro momento a atualização do Cadastro Único para dar mais segurança

e eficiência. Vamos dar oportunidade quem não preenche requisitos sair voluntariamente”. Segundo Dias, não se trata de levar adiante uma ação que possa ser classificada como perseguição.

“Nada de pente-fino. Tenho 60 anos e sou do tempo do piolho. Pente-fino é para tirar piolho do cabelo e os mais jovens nem sabem o que é isso. É política pública bem feita o que vamos fazer.

Retomar integração com estados e municípios, com os parceiros da área social”, salientou.

De acordo com a secretária do Cadúnico e Gestão da Informação, Leticia Bartholo, o processo de revisão do cadastro deverá ser concluído ainda em janeiro. “Mas ainda vamos sentar e definir o método”, explicou, referindo-se aos critérios a serem adotados no processo de inclusão ou exclusão dos

beneficiários ao sistema.

No ano passado, milhões de novos cadastros no Auxílio Brasil foram realizados, o que faz pairar a desconfiança de que o programa foi utilizado com fins eleitorais e beneficiou pessoas que não tinham direito a recebê-lo. O pagamento foi mantido em R\$ 600, sendo que, agora, haverá um adicional de R\$ 150 para cada criança de até seis anos de idade nas famílias.

Marina anula ajuste de multa

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, colocou fim a um dos atos do ex-ministro da pasta Ricardo Salles que instituiu um processo de “conciliação de multas” ambientais entre infratores e o Ibama. As regras que estavam em vigor, em vez de solucionarem o problema do passado de autuações aplicadas pelo órgão, produziram uma crise administrativa interna, ao retirar uma série de atribuições técnicas dos fiscais, paralisando todo o trabalho em andamento no país.

O novo decreto estabelece o processo administrativo federal para apuração das infrações. Uma das mudanças estabelece que os autos de infração e seus polígonos da área embargada deverão ser públicos. Pelas regras, 50% dos valores arrecadados com multas terão de ser revertidos para o Fundo Nacional do Meio Ambiente, voltado às políticas públicas do setor.

O autuado poderá, em 20 dias contados da data da autuação, oferecer defesa ou impugnação da infração. Haverá ainda desconto de 30% caso o infrator pague a multa à vista.

A solução dos casos passa por três caminhos: pagar a multa com desconto, parcelar ou converter a multa em serviços de preservação, melhoria e recuperação do ambiente. A autoridade ambiental poderá conceder, ao aprovar o pedido de conversão, desconto de até 60%, conforme a defesa apresentada pelo infrator.

Estimativas apontam que o Ibama aplica cerca de 10 mil multas por ano e até 2024 mais de 40 mil podem expirar. Segundo levantamento da Climate Policy Initiative, de 1.154 autos de infração ambiental lavrados após Salles mudar as regras, 98% ficaram paradas.

Novo nome da Funai terá “povos indígenas”

Reivindicação histórica das nações originárias, a Fundação Nacional do Índio (Funai) tem nova denominação. Passará a se chamar de Fundação Nacional dos Povos Indígenas, embora a sigla não se altere. A mudança, feita por meio de medida provisória publicada no *Diário Oficial da União (DOU)* em 1º de janeiro, foi uma reivindicação do Grupo Técnico Povos Indígenas do governo de transição.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) ressaltou — que tem entre suas lideranças a ministra dos Povos Originários, Sonia Guajajara — festejou a alteração do nome pelas redes sociais, uma reivindicação histórica dos indigenistas e das nações. Segundo eles, o termo “índio” é preconceituoso, impreciso e generaliza as mais de 300 etnias que existem no Brasil.

A deputada federal Joenia Wapichana (Rede-RR) esteve, ontem, na sede da Funai, onde foi homenageada por servidores e delegações de etnias. Primeira representante dos povos originários a dirigir a autarquia em 56

anos de existência, ela presenciou vários rituais de “purificação” das instalações.

“É um momento histórico para os povos indígenas do Brasil, que, depois de tanta afronta, retrocesso e tendo o único órgão indigenista totalmente sucateado, desmantelado, hoje, retomar a Funai. Uma Funai que é nossa”, publicou Joenia nas redes sociais.

O ritual de purificação contou com a presença do cacique Raoni Metuktire, uma das principais lideranças indígenas do país — e que subiu a rampa do Palácio do Planalto na posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no domingo. Também participou o secretário de Saúde Indígena, Weibe Tapeba, empossado ontem pela ministra da Saúde, Nísia Trindade.

Ao festejar a mudança da denominação da Funai, a Apib também criticou o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, a quem acusa de omissão contra invasão de territórios protegidos por garimpeiros e apoio à mineração ilegal. “O desca-

so do governo Bolsonaro com a implementação de políticas indígenas, garantidas na Constituição Federal, é gigante e nós temos um longo caminho a percorrer. Dividimos o relatório em 10 pontos que tratam destes desmontes, mas também apresentamos sugestões de revogações, emergências orçamentárias, pontos de alerta e uma estrutura organizacional do Ministério dos Povos Indígenas. Mais do nunca estamos prontos para reconstruir o Brasil e pautar o futuro indígena!”, diz Kleber Karipuna, coordenador executivo do grupo de trabalho na transição e da Apib.

Até o último dia 29, a Funai era presidida por Marcelo Xavier, delegado da Polícia Federal, considerado um desafeto por indigenistas e indígenas. Além disso, ele foi acusado de ter afastado da função Bruno Araújo Pereira — assassinado com o jornalista Dom Phillips e junho passado, no Vale do Javari (AM), devido à ação ao lado dos povos locais contra a exploração da pesca e a extração ilegal de madeira —, considera um dos maiores indigenistas da sua geração. (MP com Fabio Grecchi)

Mauro Pimentel/AFP



Sônia e Joenia conversam durante uma cerimônia de purificação da Funai